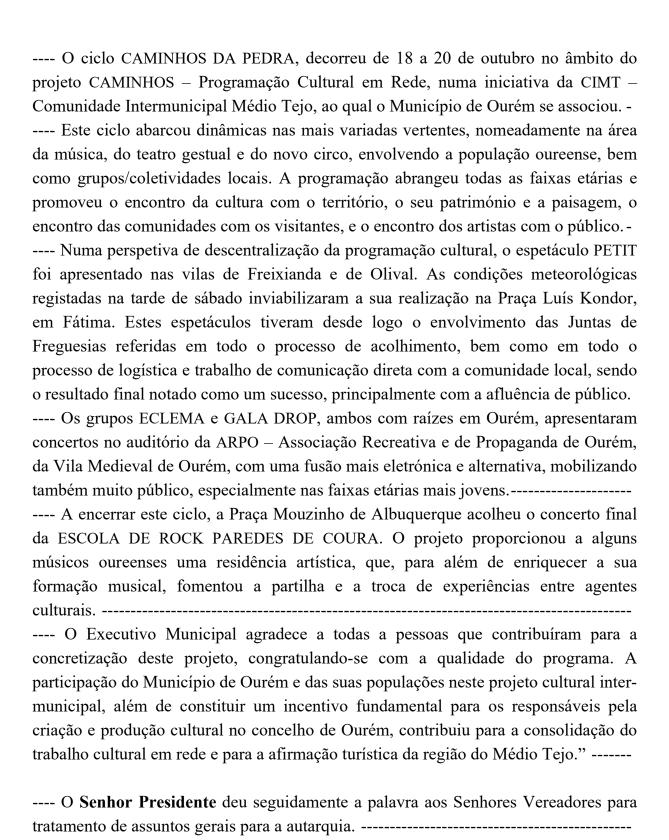


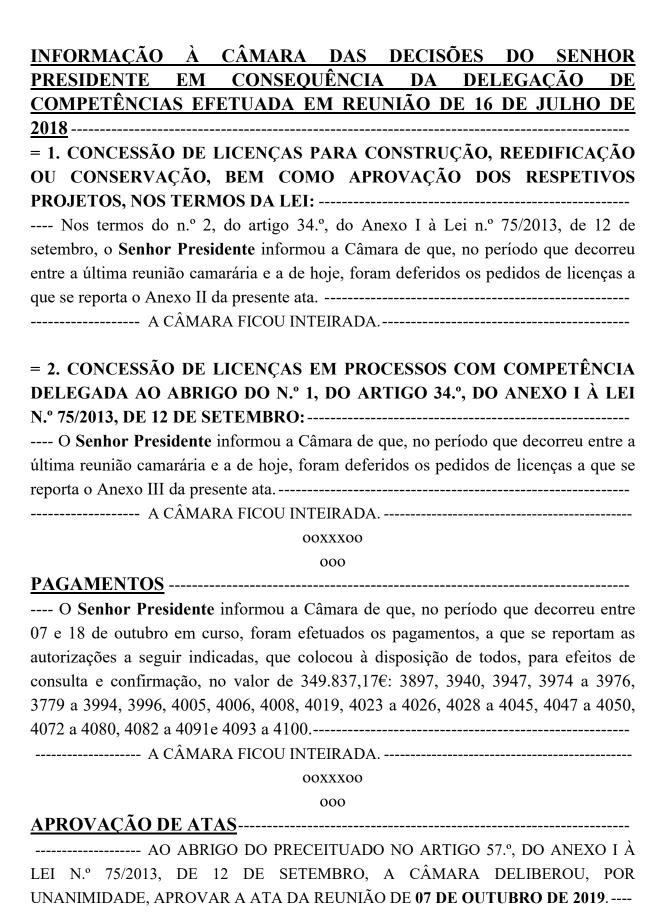
ATA N.º 24 (REUNIÃO PRIVADA)

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, na Cidade
de Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: CÍLIA MARIA DE JESUS
SEIXO, NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS e RUI
MANUEL SIMÕES VITAL, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão
de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente
ooxxxoo
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º, DO ANEXO I À
LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
ooxxxoo
000
FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA
O Senhor Presidente informou os presentes de que, ao abrigo da Delegação de
Competências efetuada na reunião de 30 de outubro de 2017, considerou justificadas
as faltas dos Senhores Vereadores MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE
SOUSA COSTA, por esta se encontrar de férias e JOÃO MIGUEL CALDEIRA
HEITOR, por motivos de ordem profissional
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
ooxxxoo
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o
Senhor Presidente tomou a palavra para apresentar a seguinte declaração: "Projeto
CAMINHOS DA PEDRA 2019 – Programação Cultural em Rede

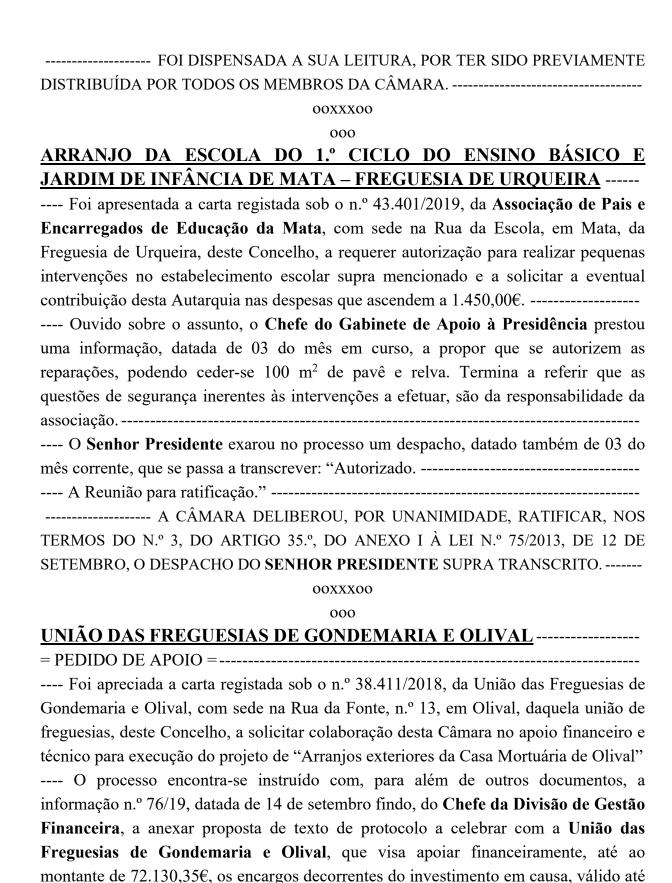


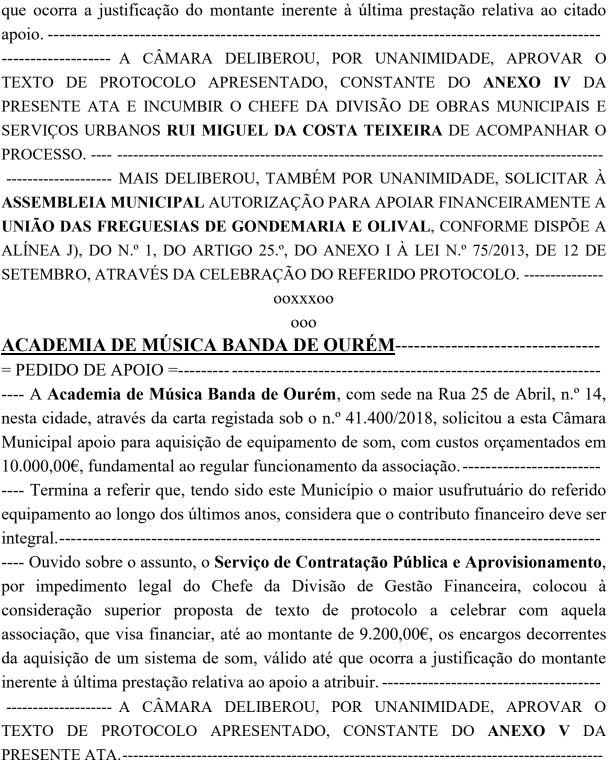


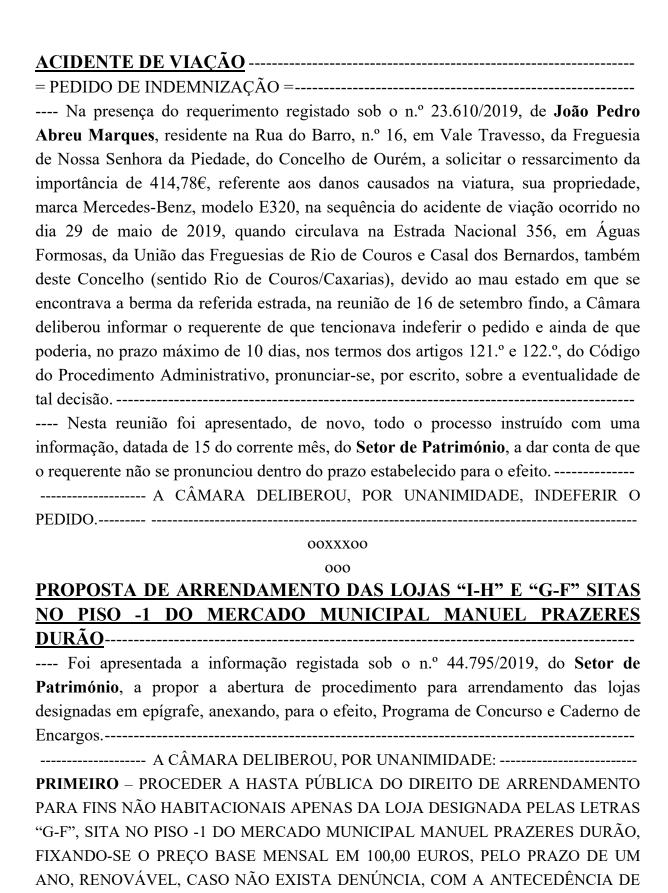






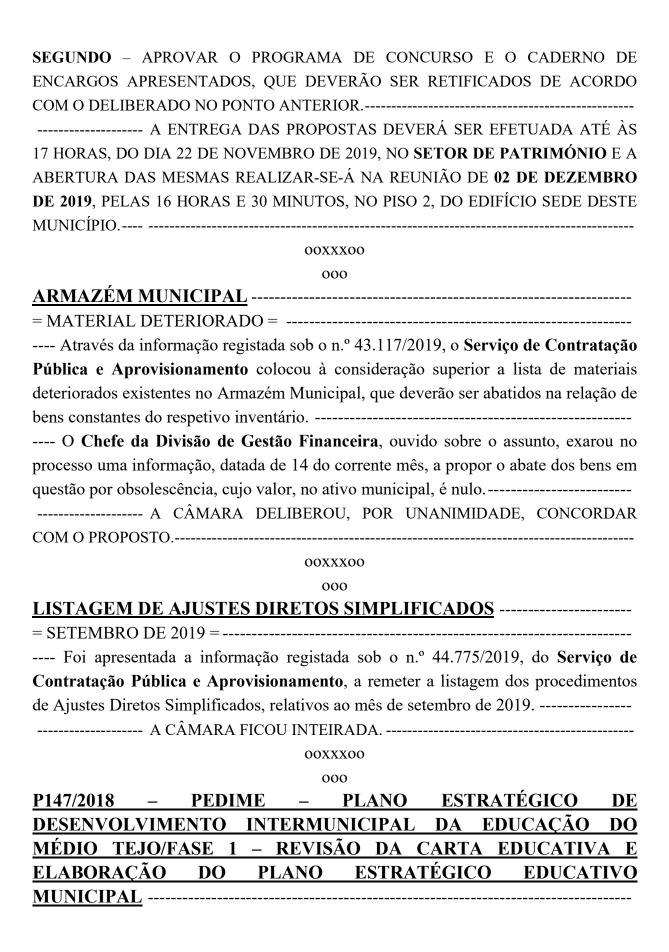


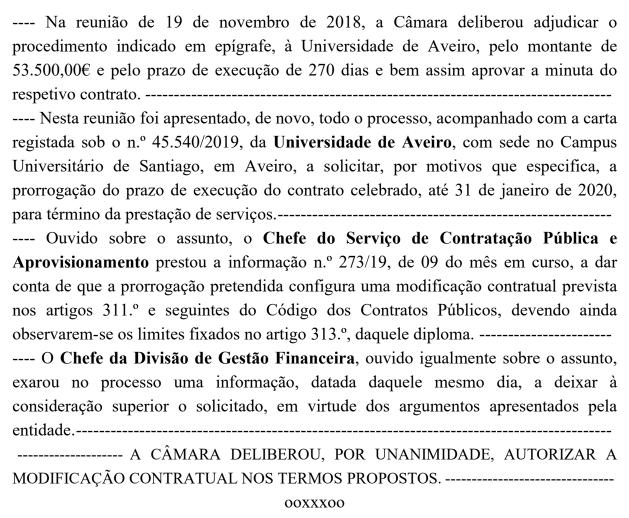




UM MÊS, POR NENHUM DOS OUTORGANTES; ------

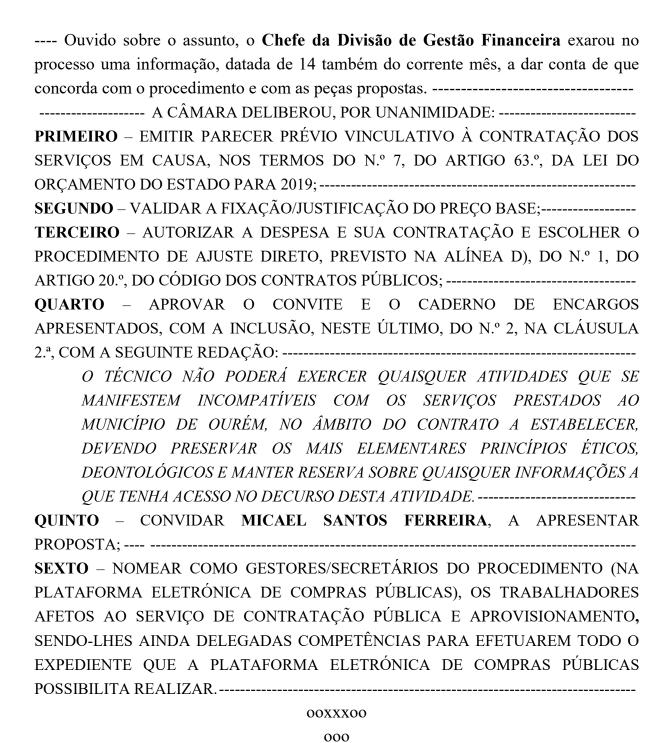






000

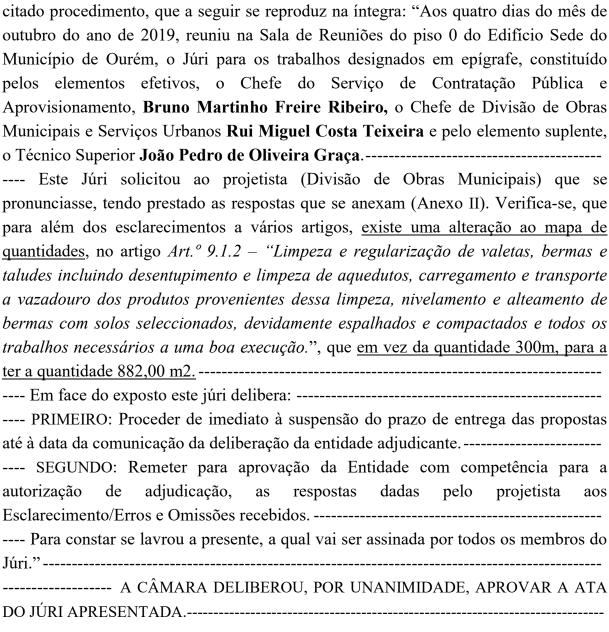
"P125/2019 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE OUTSOURCING, DE UM TÉCNICO DE ENGENHARIA CIVIL PARA O SAS"-----



<u>P108/2019 – REABILITAÇÃO DA REDE VIÁRIA DO CONCELHO – RUA DO SALGUEIRAL E RUAS ENVOLVENTES – FREGUESIA DE ESPITE</u>------

---- No âmbito do procedimento mencionado em epígrafe e face ao processo registado sob o n.º 12.581/2016, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, foi apresentada a **ata n.º 1**, datada de 04 de outubro corrente, do **Júri** designado para o



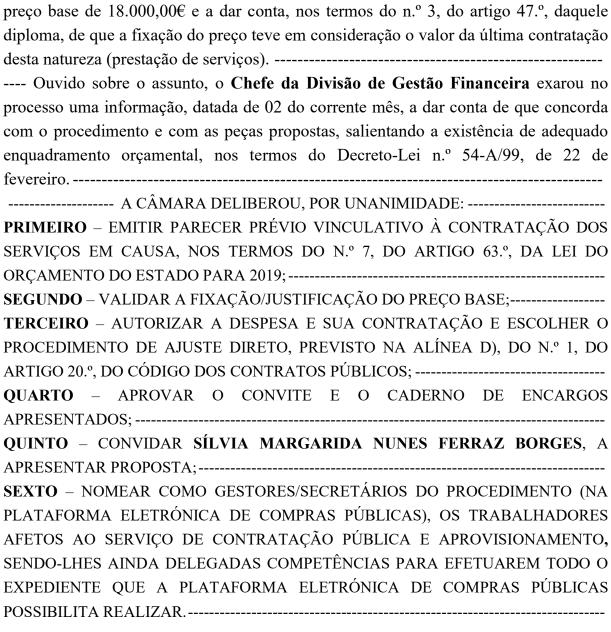


ooxxxoo

000

"P117/2019 – CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENGENHARIA CIVIL/ARQUITETURA PARA A DOT"------

---- No seguimento do processo registado sob o n.º 31.730/2019, da Divisão de Ordenamento do Território, foram apresentados o Convite e o Caderno de Encargos, para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 25 do mês findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de ajuste direto, pelo prazo de 12 meses, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, atendendo ao valor do



ooxxxoo

000

P112/2019 – SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA "P017/2019 – CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE CARVOEIRA" ------

---- No âmbito do processo registado sob o n.º 38.635/2019, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, instruído com uma informação, datada de 03 do mês findo, daquele serviço, a anexar o Convite e o Caderno de Encargos, para efeitos do designado em epígrafe e a propor a escolha do procedimento de consulta prévia, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos

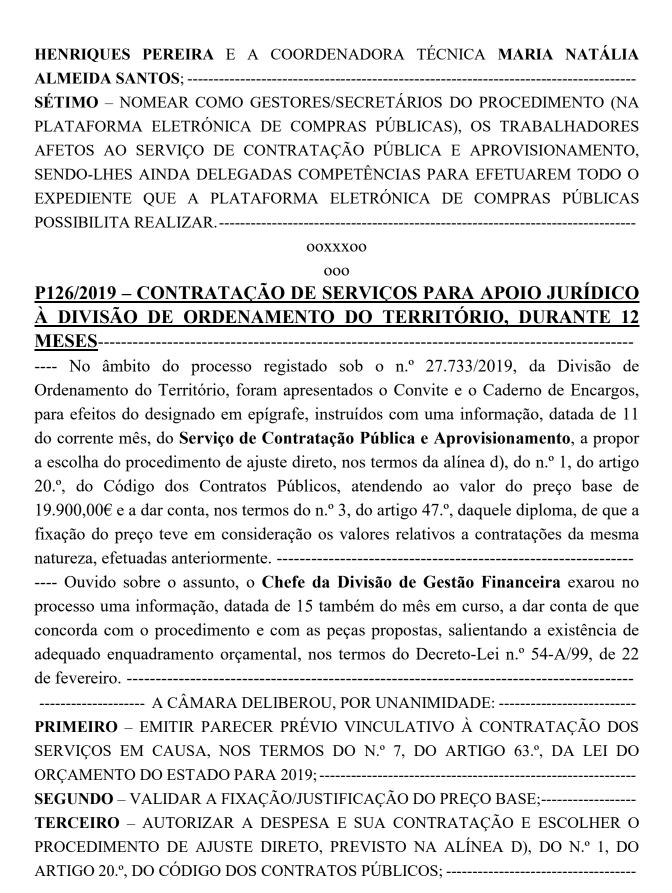


Públicos, com o preço base de 48.960,00€ e ainda a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço teve por base os custos médios resultantes de anteriores prestações de serviços do mesmo tipo, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira exarou no processo uma informação, datada de 12 também de setembro findo, a referir que concorda com o procedimento e com as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. ---------- O Senhor Presidente exarou também no processo o seguinte despacho, datado de 20 também do mês findo: "Aprovo o projecto. --------- Concordo com a justificação do preço constante no processo. Autorizo a despesa e a sua contratação através de procedimento de consulta prévia. Aprovo o caderno de encargos e o convite. ---------- Nomeio como responsáveis pelo procedimento na plataforma os trabalhadores afectos ao SCPA, sendo-lhe ainda delegadas competências para efectuar todo o expediente que a plataforma possibilita realizar de forma a maximizar as suas potencialidades. --------- Convidem-se as seguintes entidades: Lourenço Gomes, Lda, Filipe Saraiva, Lda e Enfipro, Lda. Nomeio como júri, Ana Sequeira, Paulo Oliveira e Eva Reis. ---------- A Reunião para ratificação." ---------- Do processo fazem ainda parte os documentos que se passam a especificar: ------Relatório final, datado de 14 de outubro em curso, do **Júri** designado para ao efeito, a propor, pelos motivos que especifica, a exclusão das propostas apresentadas pelas firmas Gabinete Lourenço Gomes - Projetos e Construções, Limitada e Enfipro – Engenharia, Fiscalização e Gestão de Projetos, Limitada; -Informação, datada de 15 também do mês em curso, do Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, a propor o lançamento de novo procedimento, considerando que este ficou deserto.----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------PRIMEIRO – RATIFICAR, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 35.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, O DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE SUPRA TRANSCRITO; ------SEGUNDO – APROVAR O RELATÓRIO FINAL DO JÚRI; -----TERCEIRO – INCUMBIR O SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO DE INICIAR NOVO PROCEDIMENTO.-----

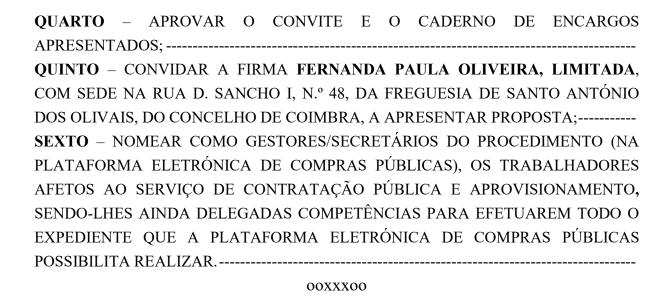


"P123/2019 – ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE SANEAMENTO, ÁGUAS E REMODELAÇÃO – RIO DE COUROS, ALBURITEL, OURÉM E ESTRADA DE MINDE – FÁTIMA"------

---- No âmbito do processo registado sob o n.º 44.432/2019, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade, foram apresentados o Convite e o Caderno de Encargos, para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 09 de outubro em curso, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, a propor a escolha do procedimento de consulta prévia, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, atendendo ao valor do preço base de 74.900,00€ (excluindo o IVA) e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço se baseou nos preços praticados no ---- Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira exarou no processo uma informação, datada de 14 também do mês em curso, a questionar a pertinência de se dar continuidade ao referido procedimento, visto tratar-se de uma área que será transferida para a Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A., até ao final do corrente ano.----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------PRIMEIRO – EMITIR PARECER PRÉVIO VINCULATIVO À CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS EM APREÇO, NOS TERMOS DO N.º 7, DO ARTIGO 63.º, DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2019; ------SEGUNDO – VALIDAR A FIXAÇÃO/JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO BASE;-----TERCEIRO – AUTORIZAR A DESPESA E SUA CONTRATAÇÃO E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 20.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP); ------ APROVAR O CONVITE E O CADERNO DE ENCARGOS APRESENTADOS; ------QUINTO – SOLICITAR ÀS ENTIDADES A CONVIDAR QUE APRESENTEM PROPOSTA, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 113.º E 114.º, DO CCP; ------SEXTO – NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67.º DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL, COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICO E APROVISIONAMENTO BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO (QUE PRESIDIRÁ), A CHEFE DO SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, PAULA ALEXANDRA NEVES DO COUTO MARQUES (SECRETÁRIA) E A TÉCNICA SUPERIOR EVA MARGARETE DA SILVA REIS E COMO MEMBROS SUPLENTES A TÉCNICA SUPERIOR ISABEL CRISTINA







<u>"REQUALIFICAÇÃO URBANA DA EN 360 – TROÇO ENTRE A</u> ROTUNDA SUL E O LIMITE DO PERÍMETRO URBANO DE FÁTIMA"

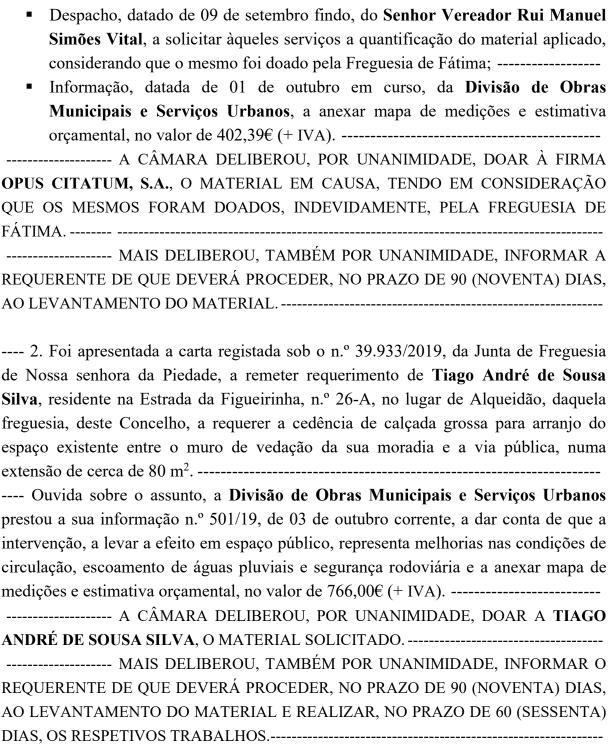
000

= LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS =--------- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 20.521/2019, da firma Matos & Neves, Limitada, com sede na Rua do Emigrante, em Pedrulhal, do Concelho de Batalha, a solicitar a libertação das garantias bancárias n.º 09301547, no montante de 5.126,47€ e n.º 10305121, no montante de 5.502,84€, do Banco Português de Investimento, destinadas a caucionar a empreitada indicada em título de que é adjudicatário o consórcio constituído pelas firmas Desarfate - Desaterros de Fátima, Limitada e Matos & Neves, Limitada. --------- Ouvido sobe o assunto, o Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento prestou a sua informação n.º 212/19, de 20 de maio transato, a esclarecer o seguinte "(...) 1 – Antecedentes --------- No Serviço de Contratação Pública Aprovisionamento não dispomos de qualquer antecedente relativo a esta empreitada, porquanto a mesma foi lançada e conduzida pela extinta SRUFátima, E. M.. Averiguada a situação junto dos vários serviços do Município apuramos que se tratou de uma empreitada adjudicada ao consórcio constituído pelas empresas DESARFATE - Desaterros de Fátima, Lda. e Matos & Neves, Lda.. --------- A Câmara, em reunião de 30 de junho de 2017, tendo por base a uma informação

do então Chefe de Gabinete à Presidência deliberou (por maioria) proceder à libertação das garantias bancárias apresentadas pela empresa DESARFATE – Desaterros de

Fátima, Lda. para esta empreitada, sendo omissa relativamente cauções apresentadas pela empresa Matos & Neves, Lda..--------- 2 – Da libertação das Garantias Bancárias--------- Nos termos do estabelecido nos n.sº 4 e 5 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, a libertação da caução para efeitos de garantia, nos casos em que esta tenha um prazo superior a 2 anos, ocorre após a correção de defeitos pelo co contraente e é promovida pelo contraente público nos seguintes termos: ----a) No final do primeiro ano, 30% do valor da caução; ----b) No final do segundo ano, 30% do valor da caução; ----c) No final do terceiro ano, 15% do valor da caução; -----d) No final do quarto ano, 15% do valor da caução;----e) No final do quinto ano, 10% restantes; ---------- 3 – Conclusão --------- Não obstante de aparentemente esta empreitada ter sido rececionada provisoriamente à cerca de 10 anos, não dispomos de informações suficientes para podermos emitir qualquer parecer sobre esta matéria, porquanto desconhecemos de entre outros: ------ a data da receção provisória; -------- o estado em que se encontra a obra; ------ a eventual realização de vistoria para efeitos de receção provisória (...)." ---------- Do processo faz ainda parte o **Auto de vistoria**, datado de 06 de fevereiro de 2019, a referir que não se observaram anomalias. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR A LIBERTAÇÃO DAS GARANTIAS BANCÁRIAS EM APREÇO. -----ooxxxoo PEDIDOS DE MATERIAIS --------- 1. Através da carta registada sob o n.º 41.545/2018, a Freguesia de Fátima, remeteu requerimento da firma Opus Citatum, S.A., a solicitar a cedência de calçada grossa, para arranjo do espaço existente entre o muro de vedação das moradias n.ºs 180 e 182, sitas na Rua das Carvalheiras, da dita freguesia, deste Concelho e a via pública. ---- O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos: -----Informação n.º 106/19, de 11 de fevereiro transato, da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos, a dar conta de que em deslocação ao local constatou que a calçada se encontra colocada; -----

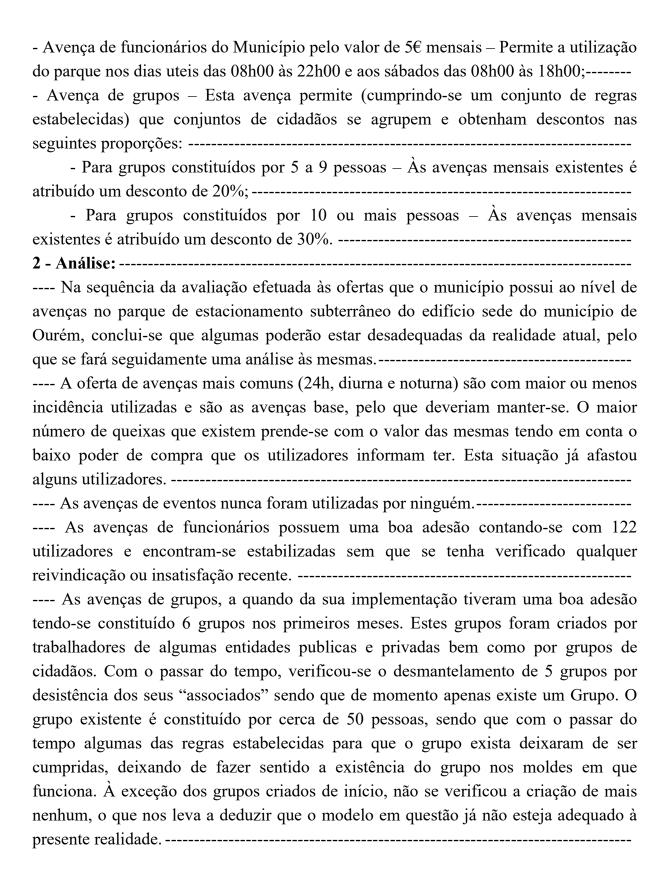


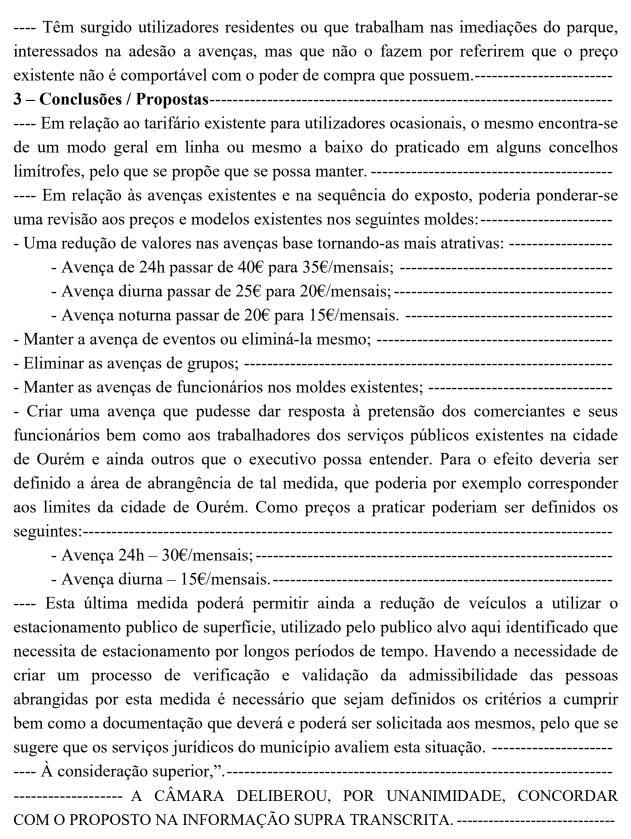


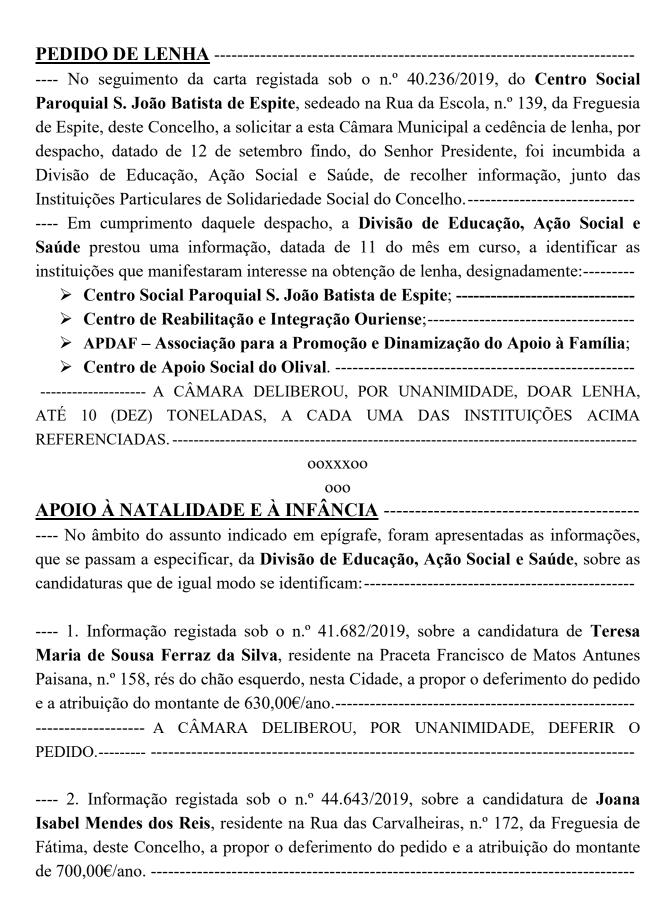


PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO DO EDIFÍCIO
<u>SEDE DO MUNICÍPIO</u>
= TARIFÁRIO =
No âmbito do assunto mencionado em epígrafe, foi apreciada a informação
registada sob o n.º 41.571/2019, do Serviço de Manutenção de Espaços Públicos e
Estaleiro, que a seguir se reproduz na íntegra: "Na sequência do solicitado
superiormente em reunião, serve a presente informação para efetuar descrição do tipo
de avenças existentes e possíveis propostas de alteração
1 - Enquadramento:
O parque subterrâneo do edifício sede do município de Ourém, entrou em
funcionamento no ano de 2009, tendo sido definido na altura o tarifário a praticar para
utilizadores ocasionais bem como o tipo de avenças mensais que poderiam existir para
quem efetuasse uma fidelização prolongada no tempo. Assim, foi definido o tarifário
que seguidamente se apresenta e foram definidas as seguintes avenças para a utilização
do parque:
Tarifário:
- Primeiros 30 min grátis;
- Nas duas primeiras horas 0.6€/hora;
- A partir da terceira hora 0.8€/hora até um máximo de 5€ por dia
Avenças:
- Avença de 24h pelo valor de 40€ mensais - Permite a utilização do parque todos os
dias do mês durante as 24h/dia;
- Avença diurna pelo valor de 25€ mensais - Permite a utilização do parque nos dias
uteis das 08h00 às 22h00 e aos sábados das 08h00 às 18h00;
- Avença noturna pelo valor de 20€ mensais - Permite a utilização do parque nos dias
uteis das 18h00 às 09h00 e aos sábados, domingos e feriados durante as 24h
Ficou ainda previsto a existência de "avenças de eventos" que permitiriam em
casos excecionais (congressos, exposições, convenções ou outros) a utilização do
parque por períodos inferiores. As condições de utilização implicavam que a mesma
não pudesse ser requerida por menos de 48h e para um mínimo de 10 utilizadores com
um custo de 4€ por cada período de 24h
Posteriormente e ao abrigo do art. 10º do Regulamento do Parque de
Estacionamento Subterrâneo dos Paços do Concelho de Ourém (que prevê a
possibilidade de serem atribuídas reduções aos valores previstos) e na sequência de
várias reivindicações efetuadas por vários conjuntos de trabalhadores e cidadãos,
foram previstas as seguintes avenças com as respetivas reduções:

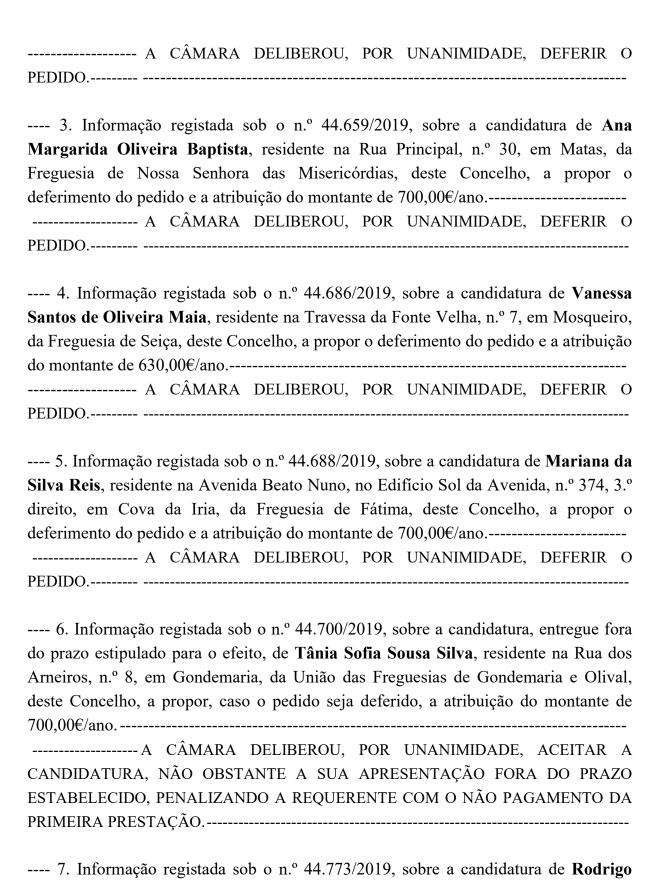




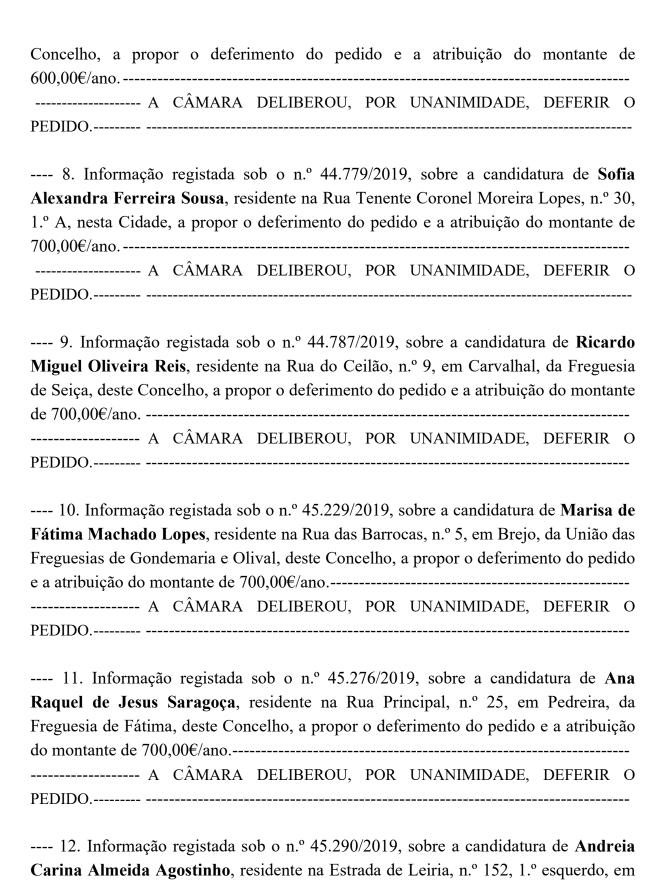


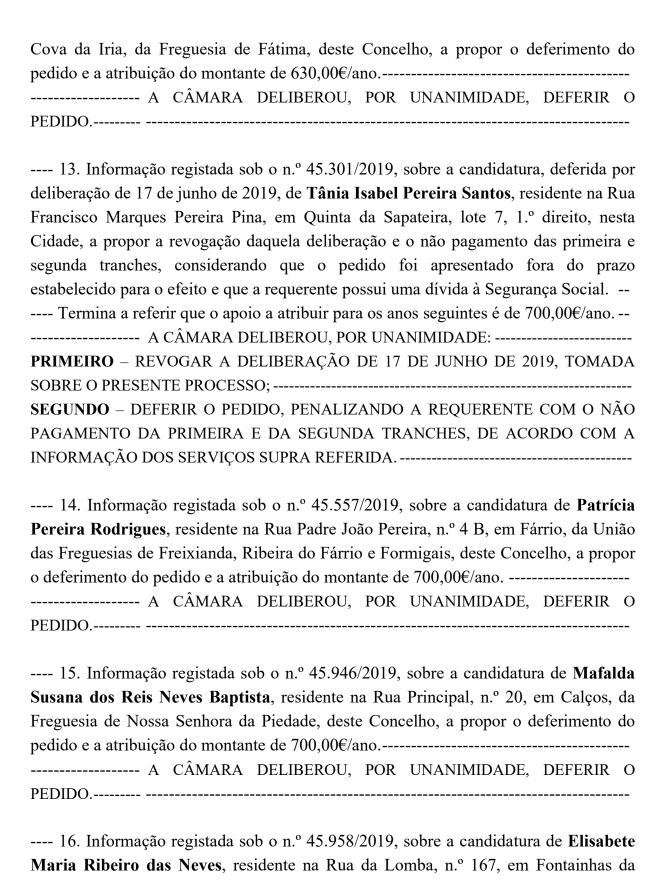


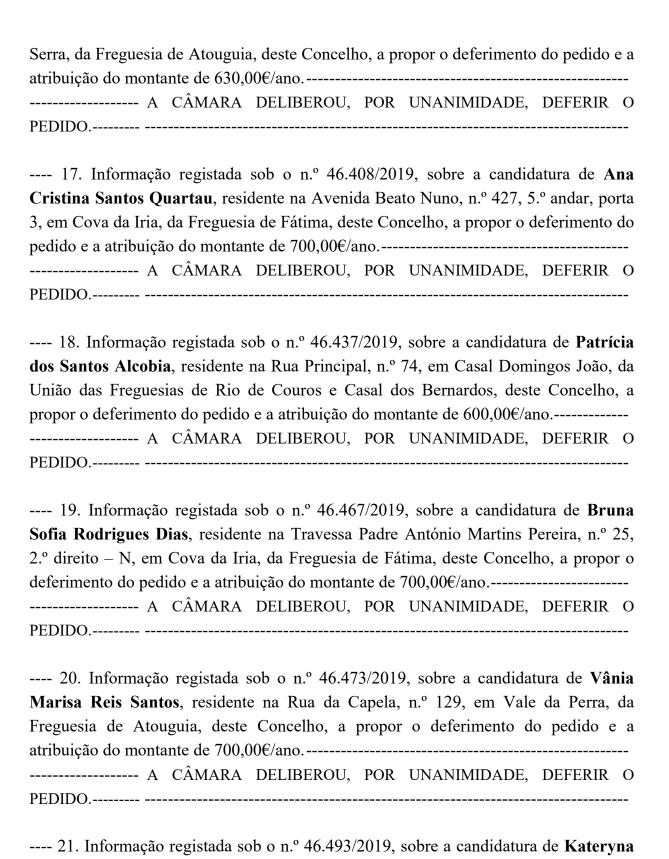




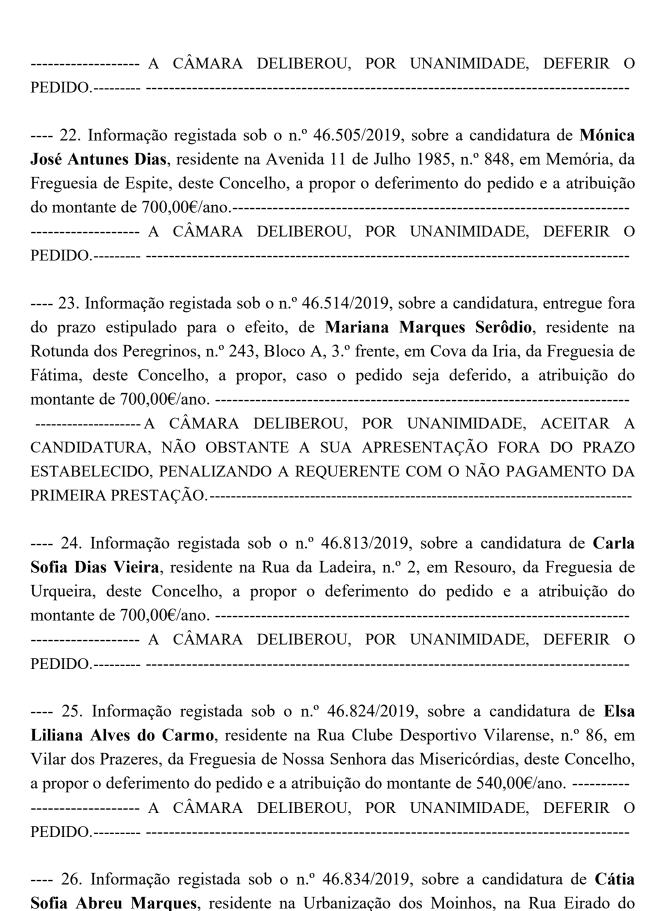
Samuel Costa Dias, residente na Rua do Beco, n.º 56, da Freguesia de Fátima, deste

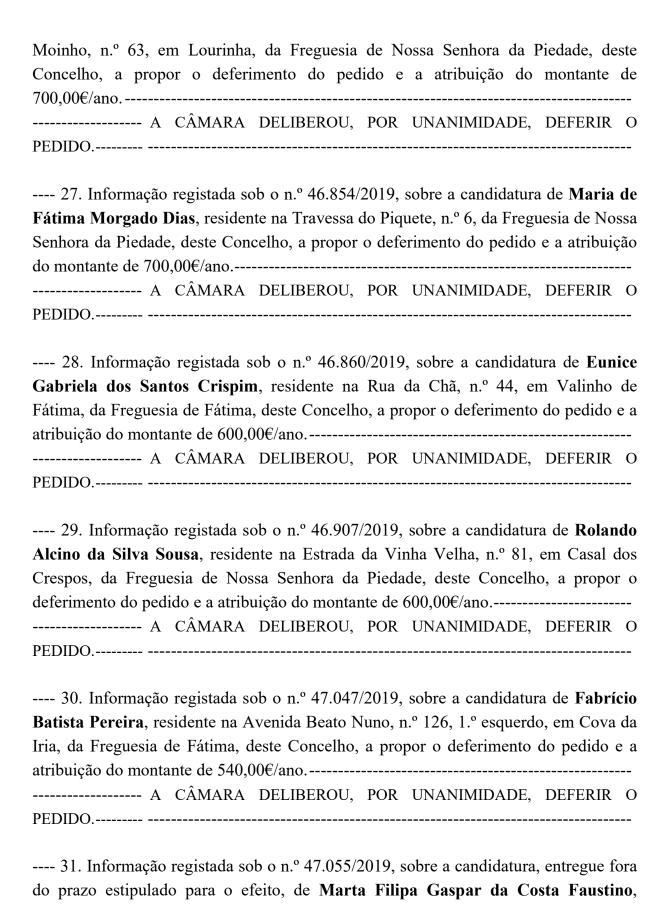




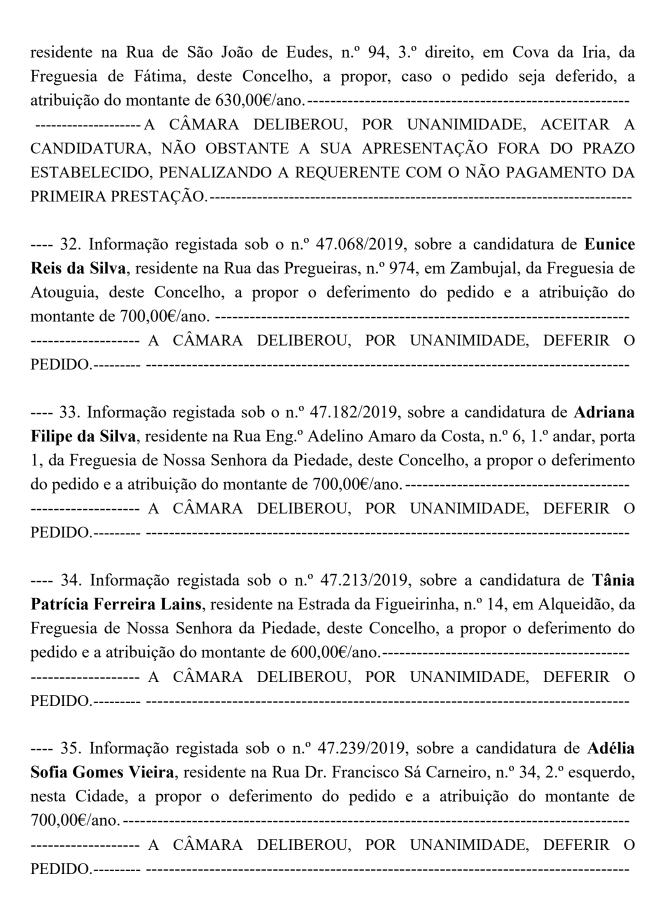


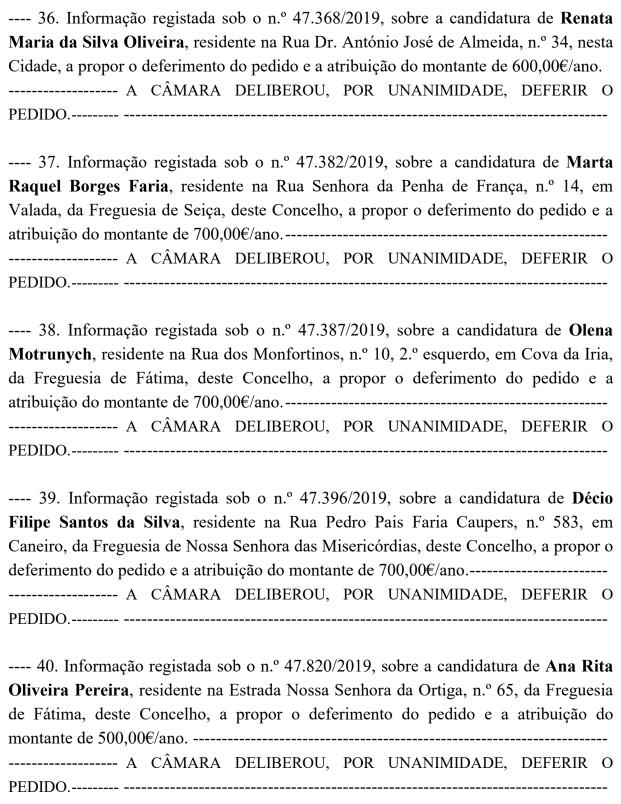
Tantsyura, residente na Rua António Pereira Afonso, n.º 15, 3.º esquerdo, nesta Cidade, a propor o deferimento do pedido e a atribuição do montante de 700,00€/ano.



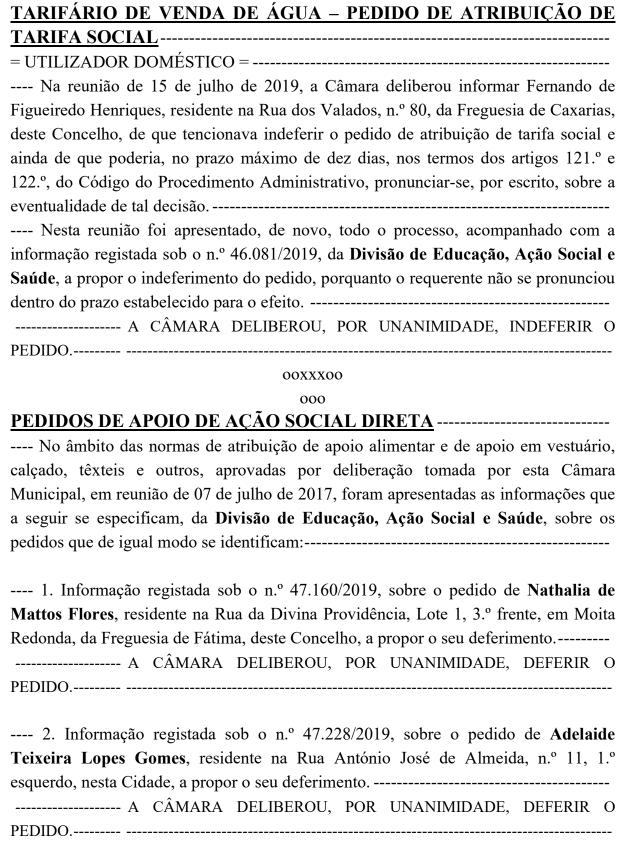




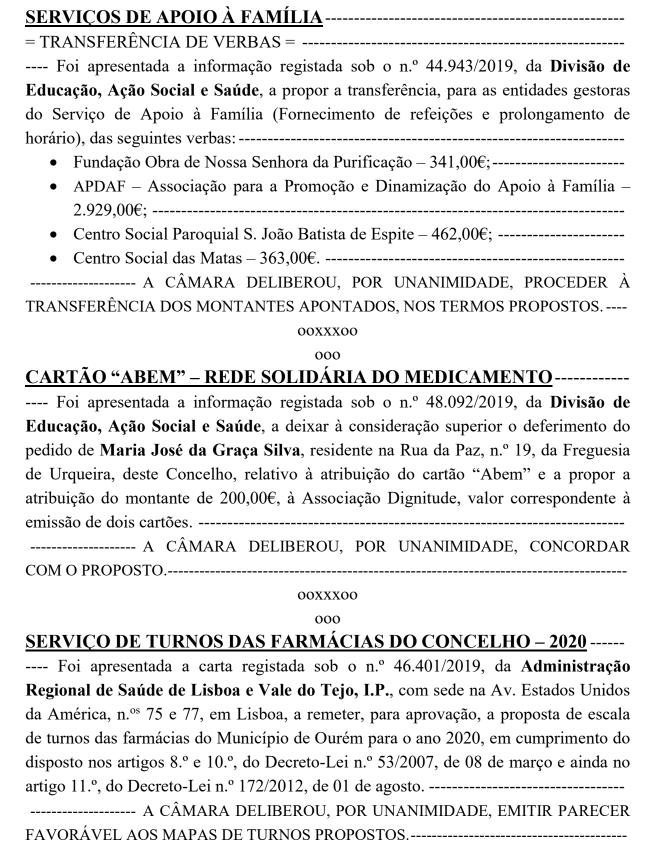








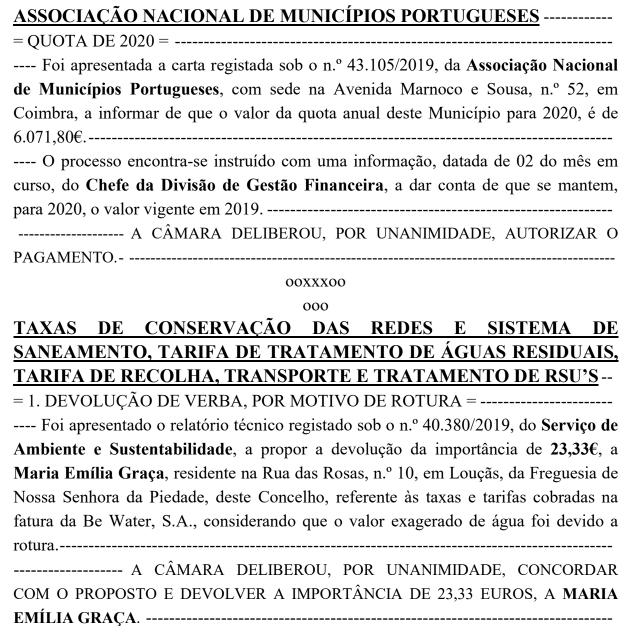
000





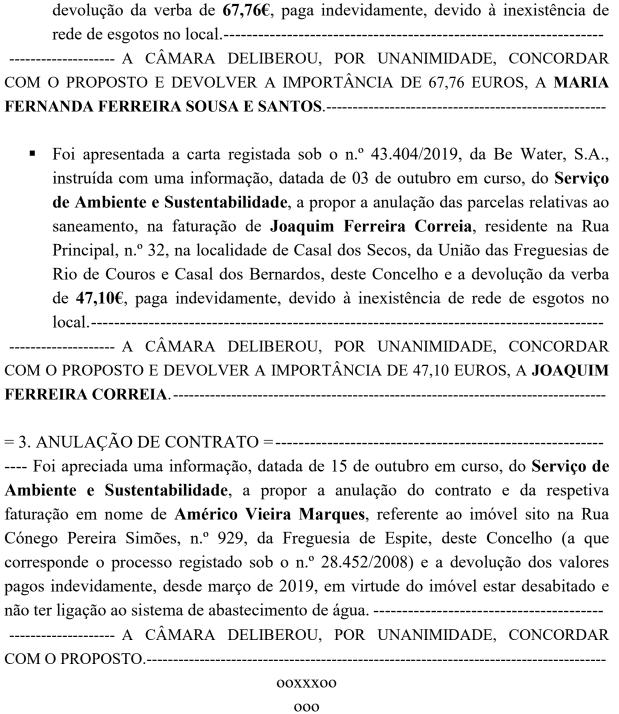
ooxxxoo

000



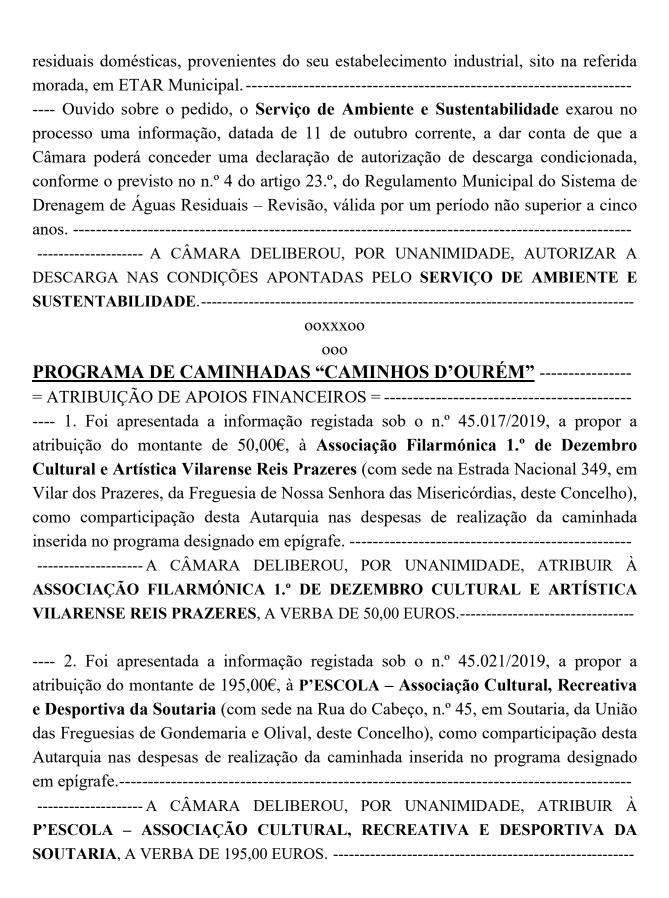
- = 2. INEXISTÊNCIA DE SISTEMA (REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS) =-----
 - Foi apresentada a carta registada sob o n.º 36.155/2019, da Be Water, S.A., instruída com uma informação, datada de 10 de outubro em curso, do **Serviço de Ambiente e Sustentabilidade**, a propor a anulação das parcelas relativas ao saneamento, na faturação de **Maria Fernanda Ferreira Sousa e Santos**, referente ao edifício sito na Rua da Costa, n.º 4L, na localidade de Casal da Bica, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste Concelho e a

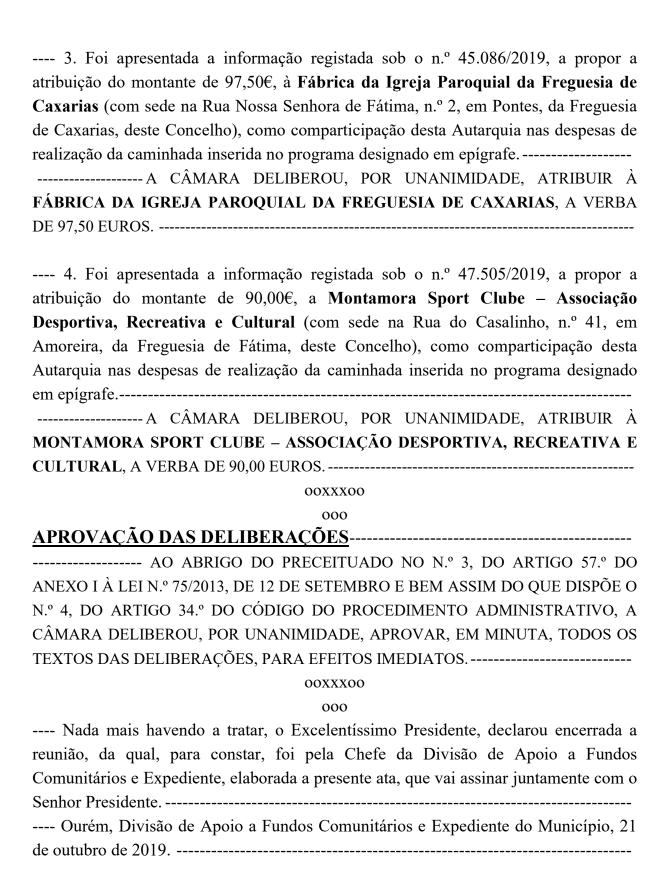




PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESCARGA DE ÁGUAS RESIDUAIS EM ETAR----

---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 37.073/2019, da firma **Serralharia Dias, Limitada**, com sede na Rua Vale Trajinha, da Freguesia de Alburitel, deste Concelho, a solicitar autorização para proceder à descarga de águas







A DDECIDENTE DA CANAADA MINICI	$\mathbf{D} \mathbf{A} \mathbf{T}$
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICI	PAI

A CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 21/10/2019

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2018.07.16;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas Reunião de Câmara de 07 de outubro de 2019.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

= Arranjo da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardim de Infância de Mata – Freguesia de Urqueira – Carta registada sob o n.º 43.401/2019, da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Mata.

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = União das Freguesias de Gondemaria e Olival Pedido de apoio Carta registada sob o n.º 38.411/2018, da união de freguesias;
- = Academia de Música Banda de Ourém Pedido de apoio Carta registada sob o n.º 41.400/2018, da academia de música.

2.1. SETOR DE PATRIMÓNIO

- = Acidente de viação Pedido de indemnização Processo registado sob o n.º 23.610/2019, de João Pedro Abreu Marques, sobre acidente ocorrido na Estrada Nacional 356, em Rio de Couros União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, no dia 29/05/2019, instruído com uma informação, datada de 15 do corrente mês, do Setor de Património (SP);
- = Proposta de arrendamento das Lojas "I-H" e "G-F" sitas no Piso -1 do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão Informação registada sob o n.º 44.795/2019, do SP.

2.2. SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Armazém Municipal Material deteriorado Informação registada sob o n.º 43.117/2019, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento (SCPA);
- = Listagem de Ajustes Diretos Simplificados Setembro de 2019 Informação registada sob o n.º 44.775/2019, do SCPA;
- = P147/2018 PEDIME Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo/Fase 1 Revisão da Carta Educativa e elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal Carta registada sob o n.º 45.540/2019, da Universidade de Aveiro;
- = "P125/2019 Contratação de Serviços em Regime de Outsourcing, de um Técnico de Engenharia Civil para o SAS" Processo registado sob o n.º 45.742/2019, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade, instruído com uma informação, datada de 10 de outubro em curso, do SCPA;



- = P108/2019 Reabilitação da Rede Viária do Concelho Rua do Salgueiral e ruas envolventes Freguesia de Espite Processo registado sob o n.º 12.581/2016, do SCPA, acompanhado com a Ata n.º 1/2019, de 04 de outubro corrente, do Júri;
- = "P117/2019 Contratação de Técnico de Engenharia Civil/Arquitetura para a DOT" Processo registado sob o n.º 31.730/2019, da Divisão de Ordenamento do Território (DOT), instruído com uma informação, datada de 25 de setembro, do SCPA;
- = P112/2019 Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada "P017/2019 Construção do Centro Escolar de Carvoeira" Processo registado sob o n.º 38.635/2019, do SCPA, instruído com o Relatório final, datado de 14 de outubro corrente, do Júri;
- = "P123/2019 Elaboração de projetos de saneamento, águas e remodelação Rio de Couros, Alburitel, Ourém e Estrada de Minde Fátima" Processo registado sob o n.º 44.432/2019, do SAS, instruído com uma informação, datada de 09 de outubro em curso, do SCPA;
- = P126/2019 Contratação de serviços para apoio jurídico à Divisão de Ordenamento do Território, durante 12 meses Processo registado sob o n.º 27.733/2019, da DOT, instruído com uma informação, datada de 11 do corrente mês, do SCPA;
- = "Requalificação Urbana da EN 360 Troço entre a Rotunda Sul e o limite do perímetro urbano de Fátima" Libertação de garantias bancárias Carta registada sob o n.º 20.521/2019, da firma Matos & Neves, Limitada.

3. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

- = Pedidos de materiais:
 - 1. Carta registada sob o n.º 41.545/2018, da Junta de Freguesia de Fátima, a remeter requerimento de firma Opus Citatum, S.A.;
 - 2. Carta registada sob o n.º 39.933/2019, da Junta de Freguesia de Nossa da Piedade, a remeter requerimento de Tiago André de Sousa Silva.

3.1. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E ESTALEIRO

= Parque de estacionamento subterrâneo do edifício sede do Município – Tarifário – Informação registada sob o n.º 41.571/2019, do Serviço de Manutenção de Espaços Públicos e Estaleiro.

4. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- = Pedido de lenha Carta registada sob o n.º 40.236/2019, do Centro Social Paroquial S. João Batista de Espite, instruída com uma informação, datada de 11 de outubro corrente, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde (DEASS);
- = Pedidos de apoio à natalidade e à infância:
 - 1. Informação registada sob o n.º 41.682/2019, da DEASS;
 - 2. Informação registada sob o n.º 44.643/2019, da DEASS;
 - 3. Informação registada sob o n.º 44.659/2019, da DEASS;
 - 4. Informação registada sob o n.º 44.686/2019, da DEASS;
 - 5. Informação registada sob o n.º 44.688/2019, da DEASS;
 - 6. Informação registada sob o n.º 44.700/2019, da DEASS;
 - 7. Informação registada sob o n.º 44.773/2019, da DEASS;
 - 8. Informação registada sob o n.º 44.779/2019, da DEASS;
 - 9. Informação registada sob o n.º 44.787/2019, da DEASS;
 - 10. Informação registada sob o n.º 45.229/2019, da DEASS;
 - 11. Informação registada sob o n.º 45.276/2019, da DEASS;



- 12. Informação registada sob o n.º 45.290/2019, da DEASS;
- 13. Informação registada sob o n.º 45.301/2019, da DEASS;
- 14. Informação registada sob o n.º 45.557/2019, da DEASS;
- 15. Informação registada sob o n.º 45.946/2019, da DEASS;
- 16. Informação registada sob o n.º 45.958/2019, da DEASS;
- 17. Informação registada sob o n.º 46.408/2019, da DEASS;
- 18. Informação registada sob o n.º 46.437/2019, da DEASS;
- 19. Informação registada sob o n.º 46.467/2019, da DEASS;
- 20. Informação registada sob o n.º 46.473/2019, da DEASS;
- 21. Informação registada sob o n.º 46.493/2019, da DEASS;
- 22. Informação registada sob o n.º 46.505/2019, da DEASS;
- 23. Informação registada sob o n.º 46.514/2019, da DEASS;
- 24. Informação registada sob o n.º 46.813/2019, da DEASS;
- 25. Informação registada sob o n.º 46.824/2019, da DEASS;
- 26. Informação registada sob o n.º 46.834/2019, da DEASS;
- 27. Informação registada sob o n.º 46.854/2019, da DEASS;
- 28. Informação registada sob o n.º 46.860/2019, da DEASS;
- 29. Informação registada sob o n.º 46.907/2019, da DEASS;
- 30. Informação registada sob o n.º 47.047/2019, da DEASS;
- 31. Informação registada sob o n.º 47.055/2019, da DEASS;
- 32. Informação registada sob o n.º 47.068/2019, da DEASS;
- 33. Informação registada sob o n.º 47.182/2019, da DEASS;
- 34. Informação registada sob o n.º 47.213/2019, da DEASS;
- 35. Informação registada sob o n.º 47.239/2019, da DEASS;
- 36. Informação registada sob o n.º 47.368/2019, da DEASS;
- 37. Informação registada sob o n.º 47.382/2019, da DEASS;
- 38. Informação registada sob o n.º 47.387/2019, da DEASS; 39. Informação registada sob o n.º 47.396/2019, da DEASS;
- 40. Informação registada sob o n.º 47.820/2019, da DEASS;
- = Tarifário de venda de água Atribuição de tarifa social Utilizador doméstico Informação registada sob o n.º 46.081/2019, da DEASS;
- = Pedidos de Apoio de Ação Social Direta:
 - 1. Informação registada sob o n.º 47.160/2019, da DEASS;
 - 2. Informação registada sob o n.º 47.228/2019, da DEASS;
- = Serviços de Apoio à família transferência de verbas Informação registada sob o n.º 44.943/2019, da DEASS;
- = Cartão "Abem" Rede Solidária do Medicamento Informação registada sob o n.º 48.092/2019, da DEASS.

5. DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE

5.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE, ARQUIVO E REPROGRAFIA

- = Serviço de turnos das Farmácias do Concelho 2020 Carta registada sob o n.º 46.401/2019, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.;
- = Associação Nacional de Municípios Portugueses Quota de 2020 Carta registada sob o n.º 43.105/2019, da associação.



6. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Devolução de verba, por motivo de rotura Relatório técnico registado sob o n. 40.380/2019, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS);
 - 2. Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos):
 - Carta registada sob o n.º 36.155/2019, da Be Water, S.A., instruída com uma informação, datada de 10 do corrente mês, do SAS;
 - Carta registada sob o n.º 43.404/2019, da Be Water, S.A., instruída com uma informação, datada de 03 do corrente mês, do SAS;
 - 3. Anulação de contrato Processo registado sob o n.º 28.452/2008, de Américo Vieira Marques, instruído com uma informação, datada de 01 do mês em curso, do SAS;
- = Pedido de autorização de descarga de águas residuais em ETAR Requerimento registado sob o n. 37.073/2019, da firma Serralharia Dias, Limitada.

7. SERVIÇO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE

- = Programa de caminhadas "Caminhos d'Ourém" Atribuição de apoio financeiro:
 - 1. Informação registada sob o n.º 45.017/2019, do Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude (SADJ):
 - 2. Informação registada sob o n.º 45.021/2019, do SADJ;
 - 3. Informação registada sob o n.º 45.086/2019, do SADJ;
 - 4. Informação registada sob o n.º 47.505/2019, do SADJ.

Câmara Municipal de Ourém, 16 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despachos dos Exmos. Presidente e Vereadores, 07-10-2019 a 18-10-2019

	1001d011t0 0	
Processo nº	Requerente	Local
208/2018	António das Neves Reis	Avenida Irmã de Jesus n.º 127 - Fátima
113/2018	Cabeça de Casal da Herança de Armando das Neves Marques	Rua da Escola, nº 9 – Amieira – Freguesia de Urqueira
1127/1991	Ezequiel Rosa Santos	Estrada do Lago n.º 50 — Alqueidão - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
6/2019	Fernando Neves Silva	Rua da Zambujeira - Fazarga – Freguesia de Fátima
220/2017	Filipa Neves Canuto	Estrada da Bouça Velha, nº 41 – Botelha – União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
140/2018	Joaquim José Jesus Lopes	Rua Principal, n.º 10 – Boleiros – Freguesia de Fátima
41200/2019	Júlio Marques Henriques e Outro	Rua São Francisco de Assis, nº 36, Chã, Freguesia de Caxarias
1972/2009	Luís Filipe Pereira Lopes	Rua do Charco – Valinho de Fátima – Freguesia de Fátima
14/2019	Nelson Pereira dos Santos	Valada – Freguesia de Fátima
123/2018	Polychapa – Pavimentos Industriais Lda.	Vale da Bruta – Freguesia de Urqueira
154/2019	Vítor Manuel Neves Pereira	Cerrado das Queimadas – Boleiros – Freguesia de Fátima

Ourém, 21 de outubro de 2019

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DOT



SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 07/10/2019 a 18/10/2019

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
45869	Associação Cultural e Recreativa de Fontainhas da Serra	Licença de ruído
45890	Província Portuguesa Companhia Santa Teresa de Jesus	Inspeção periódica de elevado
45693	Fábrica da Igreja Paroquial das Matas	Licença de ruído
47050	Maria Manuela Jorge Marques	Certidão de licença de ciclomotor
47742	Manuel dos Santos Simões	Inspeção periódica de elevado
47877	Centro Social e Paroquial da Freixianda	Inspeção periódica de elevado
47830	Silenciosos Operários da Cruz	Inspeção periódica de elevado
47757	Fernanda Isabel R. Salsa Castelo	Inspeção periódica de elevado
44761	Otília de Jesus Coelho	Vendedor no mercado municipal
44767	Hugo Paulo Antunes	Vendedor no mercado municipal
44769	Casimiro Almeida Francisco	Vendedor no mercado municipal
26280	FET-Fátima Escola Triatlo	Prova desportiva
46289	Centro de Reabilitação e Integração de Ourém	Outras Atividades que podem afetar o trânsito normal
48230	Carla & Dulce.Lda	Licenciamento zero
47991	Condomínio Edifício Francisco	Inspeção periódica de elevado
47593	Ouremusica	Licenciamento de publicidade

Ourém, 21 de outubro de 2019

Vítor Manuel de Sousa Dias

Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso



APOIO AO INVESTIMENTO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE GONDEMARIA E OLIVAL – "ARRANJOS EXTERIORES DA CASA MORTUÁRIA DE OLIVAL"

PREÂMBULO

Considerando que:

- 1. O Município de Ourém pretende dignificar os Cemitérios e as Casas Mortuárias existentes, circunstância que tem motivado a atribuição de apoios financeiros para requalificação e ampliação destes equipamentos.
- A União de Freguesias de Gondemaria e Olival manifestou a necessidade de requalificar os arranjos exteriores da Casa Mortuária de Olival, cuja propriedade é da referida autarquia local.
- 3. Os municípios dispõem de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano, de acordo com a alínea a), do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 4. As freguesias dispõem de competências próprias no âmbito do equipamento rural e urbano, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 5. As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém



representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque;

е

SEGUNDO OUTORGANTE: União das Freguesias de Gondemaria e Olival, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 510 837 280, com sede na Rua da Fonte, nº 13 em Olival, representada neste ato pelo Presidente da respetiva União das Freguesias, Fernando Oliveira Ferreira.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes do investimento nos "Arranjos Exteriores da Casa Mortuária de Olival", situado em Olival, conforme projeto técnico previsto em Anexo – I.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 72.130,35 euros (Setenta e Dois Mil, Centro e Trinta Euros e Trinta e Cinco Cêntimos) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 2. O montante do apoio corresponde a 85% do valor total previsto realizar pela entidade no âmbito do investimento em objeto.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 4. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado, tendo em observância que ficará indexado ao montante máximo de 85% do investimento realizado.



CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 18.032,59 euros (Dezoito mil, Trinta e Dois Euros e Cinquenta e Nove Cêntimos) em janeiro de 2020;
 - b. 18.032,59 euros (Dezoito mil, Trinta e Dois Euros e Cinquenta e Nove Cêntimos) em abril de 2020;
 - c. 18.032,59 euros (Dezoito mil, Trinta e Dois Euros e Cinquenta e Nove Cêntimos) em julho de 2020;
 - d. 18.032,58 euros (Dezoito mil, Trinta e Dois Euros e Cinquenta e oito Cêntimos) em outubro de 2020.
- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pag	jamento s	erá	efetuado por t	raı	nsferênc	cia bar	ncá	iria, para	a c	onta bancária	da União
	de Fr	eguesias	de	Gondemaria	е	Olival,	com	0	número	de	identificação	bancária
							_,		da	er	ntidade	bancária
							_, cor	ıfor	me cons	ta r	no Anexo – II	, que faz
	parte i	integrante	do i	oresente proto	СО	lo.						

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações



prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;

- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- g) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.



CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A execução física da obra será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.



CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA DÉCIMA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:		
Câmara Municipal:		
Assembleia Municipal:		



O presente Protocolo de Colaboração comp	reende <u>7</u> folhas às quais se juntam folhas
respeitantes aos Anexos, que irão ser rubrio	cadas pelos Outorgantes, à exceção da folha 7,
em virtude de conter as assinaturas dos mes	emos.
Celebrado aos () dias do mês de	de 2019, em dois exemplares de
igual teor e validade, destinando-se cada um	deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Luís Miguel Grossinho Marques Grossinho	Fernando Oliveira Ferreira
Albuquerque	. s.nanas Silvona i Silvona
,	



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A ACADEMIA DE MÚSICA BANDA DE OURÉM — "AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE SOM"

Considerando que:

- 1. A Academia de Música Banda de Ourém, é uma entidade cultural sem fins lucrativos, reconhecida com "Pessoa Coletiva de Utilidade Pública".
- Esta instituição desempenha uma atividade cultural com atividade local, regional, nacional e internacional.
- 3. O sistema de som de que é proprietário encontra-se, atualmente, avariado não sendo economicamente viável a sua reparação e condicionando a atividade regular de algumas das suas secções, particularmente da Orquestra Típica de Ourém e dos Romeiros (grupo de música popular).
- 4. O sistema de som referido no número anterior foi maioritariamente cedido à utilização do Município de Ourém e da comunidade local, nomeadamente escolas e PSS'.s, sempre de forma gratuita, ao longo de um conjunto considerável de anos.
- 5. As receitas próprias da associação são insuficientes para a prossecução do investimento a executar.
- 6. Os municípios dispõem de atribuições no domínio do património, cultura e ciência de acordo com aa alíneas e do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque;



е

SEGUNDO OUTORGANTE: Academia de Música Banda de Ourém, pessoa coletiva com o NIPC 501 254 153, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 14, 2490-511 Ourém, Freguesia de N.ª Sra. da Piedade, representada neste ato pelo Presidente da Direção, Fernando Luís Gaspar da Silva Pereira Marques.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

Constitui objecto do presente contrato a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da "Aquisição de um Sistema de Som", conforme listagem constante no anexo – I.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 9.200 euros (Nove Mil e Duzentos Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 2. O montante do apoio corresponde a 80% do valor total previsto realizar pela entidade no âmbito do investimento em objeto.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 4. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado, tendo em observância que ficará indexado ao montante máximo de 80% do investimento realizado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 2.300 euros (Dois Mil e Trezentos Euros), em outubro de 2019;



- b. 2.300 euros (Dois Mil e Trezentos Euros), em dezembro de 2019;
- c. 2.300 euros (Dois Mil e Trezentos Euros), em janeiro de 2020;
- d. 2.300 euros (Dois Mil e Trezentos Euros), em março de 2020.
- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efectuar a apresentação de documentos de despesa e respectivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respectiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

				_	da		de identificação entidade	bancária
				, co	onform	e declara	ção em Anexo –	II, a qual
faz parte integ	rante do	present	te co	ontrato-p	rogran	na.		

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;



- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.
- g) Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, o equipamento adquirido no âmbito deste apoio, durante o seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.
- h) Manter o investimento afeto à respetiva atividade, pelo menos durante cinco anos, contados a partir da conclusão da execução financeira prevista no presente contrato.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização do investimento objeto de apoio)

A execução física e financeira do investimento objeto de apoio será monitorizada e acompanhada por equipa ou técnico definido pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos documentos de despesa comparticipados.



CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do imóvel objeto de investimento, do apoio concedido pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.



CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal: Assembleia Municipal: _	- -

O presente Protocolo de Colaboração compreende <u>7</u> folhas às quais se juntam <u>___</u> folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da folha 7, em virtude de conter as assinaturas dos mesmos.



Celebrado aos () dias do mês deigual teor e validade, destinando-se cada um					
· ·	J				
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,				
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	Fernando Luís Gaspar da Silva Pereira Marques				